

Lusofonia pode abrir uma nova frente de investimento no agronegócio

Num setor marcado por ciclos de investimento longos, volatilidade dos preços e riscos climáticos crescentes, Manuela Nina Jorge, Presidente da Caixa Agrícola de Mafra e da Agrimútu e cofundadora da AGROGES, e António Corrêa Nunes, CEO da ACN Consulting, analisam o que torna um investimento viável, os instrumentos financeiros de que o setor necessita e as oportunidades do agronegócio lusófono. A conversa antecipa alguns dos temas que estarão em debate no Global Agri Forum, que se realiza a 1 de outubro na VdA - Vieira de Almeida, em Lisboa, e coloca a Lusofonia no centro da reflexão sobre o futuro do agronegócio.

MANUELA NINA JORGE

“Um projeto sólido extrapassa muito o tema económico”

O que distingue hoje um projeto sólido de outro que terá dificuldade em atrair financiamento?

Neste momento não se pode falar só em projeto económico. O projeto sólido extrapassa muito o tema económico. Primeiro deve estar adequado às potencialidades agroclimáticas do território e ser desenvolvido por uma equipa técnica que tenha know-how para o fazer. Depois, tem também de ter aporte de capital próprio e, hoje em dia, é muito relevante a questão da transição climática. O projeto tem de ter mitigantes para o futuro ser resiliente: seguros adequados, que cubram preços e produção, as variedades devem ser as mais adaptadas e a questão técnica a mais funcional e evoluída para o conjunto das condições do projeto.

O posicionamento ao longo da fileira é também muito relevante: se tem contratos, se tem mercado assegurado, onde é colocado o produto e se tem ou deve ter transformação. E há uma questão fundamental: a viabilidade financeira. A rentabilidade económica é muito importante, mas, se a viabilidade financeira não estiver salvaguardada, o projeto não tem capacidade de ser implementado.

Para mim, é também fundamental a equipa de gestão e a experiência já demonstrada.

O agronegócio precisa de novos instrumentos de financiamento? Concordo perfeitamente. A banca tradicional entrou na agricultura com financiamentos e prazos desadequados. É preciso novos instrumentos com os prazos corretos para a vida útil dos investimentos agrícolas. Quanto à volatilidade dos preços, temos de ter instrumentos como seguros de rendimento, que mitiguem variações na produção



e nos preços do mercado. E, quando existe uma quebra de produção por motivos climáticos, deve haver possibilidade de reestruturação da dívida ou de carência de capital, sem haver a marcação do empréstimo perante o Banco de Portugal pois o motivo é externo à empresa.

Também é preciso antecipar a transição climática. As novas plantações têm de prever variedades mais resilientes e tecnologias capazes de mitigar problemas climáticos. Os próprios bancos já bonificam investimentos relacionados com a transição climática e as questões ambientais. É preciso dinamizar esse tipo de investimento e fazer chegar a tecnologia também às empresas de menor dimensão. Isto tem de ser feito com antevisão. E fazê-lo já.

Que papel podem as instituições financeiras ter na aproximação dos mercados lusófonos?

Há muita facilidade em criarmos parcerias e atuarmos em conjunto em projetos que envolvam várias geografias. A questão cambial tem de estar salvaguardada, assim como a forma de participação dos vários países. Era importante prever linhas de parceria para agilizar e facilitar as relações entre as empresas. Já temos contactos e parcerias com instituições financeiras noutras geografias como por exemplo Angola e Brasil e experiência em projetos em Angola, Moçambique, São Tomé e Brasil.

ANTÓNIO CORRÊA NUNES

“Há quatro pilares importantes para que o projeto tenha sustento”

Quais são os principais fatores que determinam a solidez de um investimento no agronegócio?

Há quatro pilares. O primeiro é ter um business plan sólido, de longo prazo e com os riscos de projeto mitigados. O segundo é ter uma boa equipa, que execute o plano de negócios. Muitos projetos altamente desafiantes falham porque não têm uma equipa adequada. O terceiro é a questão financeira: o projeto tem de estar financeiramente sustentado, com uma combinação de capitais próprios e alheios que maximize a rentabilidade, mas minimize também o risco.

Finalmente, o quarto pilar é a estabilidade das instituições. Para uma pessoa que quer investir e colocar o seu capital num projeto, é fundamental saber que as instituições de cada país respondem adequadamente. Problemas burocráticos e respostas que se eternizam levam muitas vezes a que os projetos não

avancem. No âmbito da lusofonia, este é um ponto fundamental: projetos existem, equipas com vontade de executar existem e há vontade de mobilizar capital para apoiar os investimentos. Para um investidor, é fundamental que as instituições respondam de forma adequada e permitam executar os projetos de forma estável.

Onde estão as maiores oportunidades no agronegócio lusófono?

Angola tem praticamente 60 milhões de hectares de superfície útil e usa cinco ou seis. Moçambique tem 36 milhões de hectares e usa quatro. Temos uma oportunidade brutal para países que estão numa fase em que a agricultura conta muito e têm dificuldade em alavancar projetos.

A agricultura tem hoje de se adaptar às alterações climáticas. No caso do café, por exemplo, Angola tem um enorme potencial, mas é necessário apostar em variedades mais adaptadas às atuais condições climáticas e aproveitar o conhecimento desenvolvido noutros países, como o Brasil. Terreno existe, água existe, a oportunidade existe e, dentro da Lusofonia, há sinergias que ainda não estão a ser plenamente aproveitadas.

Portugal pode ser uma ponte entre a Europa, o Brasil e África?

Portugal tem um conhecimento adquirido em rega, em culturas permanentes, em culturas hortícolas, que pode facilmente ser alavancado com outras geografias, nomeadamente Angola e Moçambique. Estes países ganhariam com o know-how português, com tudo o que é a tecnologia, conhecimento e experiência portuguesa. Há uma afinidade de língua e de cultura que permite perfeitamente a fluidez de técnicos e de recursos humanos.

Estará aqui um triângulo quase perfeito: Portugal como porta de entrada na Europa e como exportador de conhecimento e tecnologia; o Brasil, pela experiência em culturas como o café, as oleaginosas e os cereais; e Angola e Moçambique, pelo enorme potencial para desenvolver e expandir a produção agrícola. Portanto, estaria aqui um triângulo que criaria muito valor.